

**ATA**

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceram os Vereadores Amadeu Artur Matos Portilha e Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, cujas faltas foram consideradas justificadas. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, em regime de substituição, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 – Vereador José Torcato Ribeiro – a) - Manifestou preocupação com o corte acelerado de árvores, perguntando qual a razão para o sucedido, designadamente no espaço envolvente à “Vaca Negra – Centro de Criação, Artes e Cultura”; **b)** – Referiu a anarquia que se regista na zona do Campus da Universidade do Minho, nomeadamente na Rua de Francos, via que permite o acesso ao Centro de Valorização de Resíduos, às residências universitárias e ao bar académico, solicitando uma intervenção urgente da Autarquia para colocar a ordem naquela zona da cidade. -----

2 – Vereadora Adelina Paula Pinto – Fez o ponto de situação

relativamente às atividades de enriquecimento curricular dos alunos do 1.º Ciclo, referindo que a Câmara Municipal findou o processo de colocação de professores em finais de janeiro de 2014 e que, para a ocupação de 180 postos, 366 docentes recusaram o horário, sendo que nem todos os docentes alegaram o motivo para a não-aceitação. Disse, ainda, que foram esgotadas as listas de candidatos para as áreas de inglês, tendo sido assegurada esta oferta para os alunos do 4.º ano, em articulação com os Agrupamentos de Escolas, restando, ainda, na lista de educação física, 17 candidatos. Por último, informou que neste momento não existe nenhuma escola sem oferta de Atividades de Enriquecimento Curricular e que este modelo deverá ser alvo de ponderação futura pela insustentabilidade da situação atual. -----

3 – Vereador Ricardo Araújo – a) - Começou por cumprimentar os presentes nesta sua primeira intervenção, dizendo querer contribuir para o debate político construtivo neste órgão; **b)** - Disse estar preocupado com o baixo número de visitas à Plataforma das Artes e Centro Internacional para as Artes José de Guimarães, fazendo alusão à importância estratégica daquela valência e às orientações quanto à sua sustentabilidade expressas no estudo sobre a “Competitividade do Centro Histórico e Plataforma das Artes e da Criatividade”, de autoria de Augusto Mateus. Disse, ainda, que o referido estudo, datado de agosto de 2012, foi elaborado depois de ter sido construído o equipamento, ou seja, fora de tempo, dizendo, por isso, que tal revelava desorientação estratégica patente desde o início do projeto que chegou a estar previsto para o Teatro Jordão. Continuou, referindo que a estratégia ou modelo de governação apresentada pelo citado estudo não estava a ser seguida, uma vez que assentava num modelo de gestão que não dependia das transferências da



Autarquia, apontando para a criação de uma fundação para a gestão dos equipamentos ligados à CEC 2012. Por último, quis saber quanto custa um mês de funcionamento da Plataforma das Artes e da Criatividade, perguntando, ainda, sobre a estratégia a adotar de futuro já que o equipamento não é sustentável do ponto de vista financeiro. -----

4 – Presidente da Câmara – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** – Disse que o abate de algumas árvores resultou do inverno rigoroso e do processo de sinalização que implicou, após análise e estudo das situações, o seu corte, não havendo qualquer mudança de critérios; **b)** – Sobre o Campus de Azurém da Universidade do Minho, concordou que aquele espaço precisava de um novo arranjo, revelando que em contactos mantidos com o Reitor da Universidade do Minho ficou acordada uma colaboração na requalificação. No entanto, adiantou que durante o próximo mês de março vai ter início a obra de construção de um novo edifício dedicado à Domótica e à Biotecnologia, sendo, por isso, mais adequado esperar pelo avanço das obras, que decorrerão pelo prazo de um ano e meio, para depois se proceder à implementação de um arranjo urbanístico naquela área, abrangendo a Rua de S. Torcato, de modo a oferecer uma nova configuração naquela entrada da cidade; **c)** – Quanto às Atividades de Enriquecimento Curricular, disse que enquanto não for integrado o ensino do inglês no programa curricular de ensino, este problema vai subsistir, referindo que a situação atual é insustentável e os alunos são os prejudicados; **d)** – Sobre a Plataforma das Artes, disse querer passar a palavra ao Vereador José Bastos para que esclarecesse, com o detalhe possível, as questões suscitadas. -----

5 – Vereador José Bastos – Explicou as questões suscitadas no

âmbito da Plataforma das Artes, referindo, concretamente, citando o estudo, a importância do envolvimento das instituições públicas, incluindo a administração central, no processo de gestão, conjuntamente com a Cooperativa "A Oficina". Disse que o Estado não pode demitir-se das responsabilidades assumidas no âmbito da CEC 2012 à semelhança do que aconteceu com as anteriores Capitais Europeias, na Casa da Música e na Fundação de Serralves, no Porto, e no Centro Cultural de Belém, em Lisboa. Continuou, manifestando esperança de que o mesmo venha a acontecer com o Centro Internacional para as Artes José de Guimarães, realçando que, apesar dos cortes no financiamento, a Casa da Música receberá cerca de sete milhões de euros do Estado, em 2014. Reconheceu não estar, igualmente, satisfeito com o número de visitantes ao Centro Internacional para as Artes José de Guimarães, em 2013, embora entenda que este tipo de equipamento precisa no mínimo de cinco anos de existência para se afirmar, recordando, a propósito, o Centro Cultural Vila Flor e a sua afirmação sem que tivesse decorrido esse período de tempo. Por último, disse não haver falta de estratégia e que a situação poderá ser em parte justificada pela falta de financiamento do Estado. -----

-----**INFORMAÇÃO**-----

O Presidente da Câmara informou que iria trazer, numa próxima reunião, uma informação pormenorizada sobre a instalação de reguladores de fluxos luminosos. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do Despacho do Presidente da Câmara, datado de 20 de fevereiro de 2014, que aprovou a conta final, bem como o auto final da empreitada designada por "Regulação de Fluxo Luminoso



– Instalações Elétricas”, nos valores, respetivamente, de 347.613,83 + IVA e de 58.563,82 + IVA. A referida conta final dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 6 DE FEVEREIRO DE 2014. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

FREGUESIAS – JUNTA FREGUESIA DE LORDELO – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – PRIMEIRO ADITAMENTO - ANO DE 2013 – Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 2 de maio de 2013, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Lordelo a execução da obra de Pavimentação da Travessa Capitão Salgueiro Maia, Rua da Sama e construção de muro na rua de S. João, bem como a atribuição de uma verba até ao montante de 14.000,00€. Através de carta dirigida à Câmara Municipal, a Junta de Freguesia de Lordelo informou não ter sido possível concluir a totalidade da obra durante o ano de 2013, pois apenas executou os trabalhos referentes à pavimentação da Travessa Capitão Salgueiro Maia e Rua da Sama, tendo sido elaborado pelo Departamento de Obras Municipais o respetivo auto de medição, no valor de 10.018,44€ solicitando autorização para a construção de muro na rua de S. João, no início do ano de 2014, bem como a transição da verba remanescente. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do primeiro aditamento àquele Protocolo de Delegação de Competências, celebrado em 22 de maio de 2013, passando a 3ª

cláusula a ter a seguinte redação: "Para realização do objeto do presente protocolo, contido na cláusula 1ª, a Junta compromete-se a concluir as obras até ao final de 2014.". Mais se propõe a aprovação da transição da verba remanescente de 3.981,56€ para o ano de 2014." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE SERZEDELO – PROTOCOLO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – PRIMEIRO ADITAMENTO – ANO DE 2013 – Presente a seguinte proposta:

"A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 2 de maio de 2013, deliberou atribuir um subsídio à Junta de Freguesia de Serzedelo, destinado à comparticipação na obra de Requalificação do Centro Cívico – 1ª Fase, bem como a atribuição de uma verba até ao montante de 13.378,07€. Através de carta dirigida à Câmara Municipal, a Junta de Freguesia de Serzedelo informou não ter sido possível concluir a obra durante o ano de 2013, solicitando assim a alteração do prazo de execução daquele protocolo. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do primeiro aditamento àquele Protocolo de Atribuição de Subsídio, celebrado em 23 de maio de 2013, passando a 3ª cláusula a ter a seguinte redação: "Para a realização do objeto do presente Protocolo, contido na cláusula 1ª, a Junta compromete-se a concluir as obras até 31 de dezembro de 2014.". Mais se propõe a aprovação da transição da respetiva verba de 13.378,07€ para o ano de 2014." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

FREGUESIAS - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SELHO S. LOURENÇO E GOMINHÃES - PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – TERCEIRO ADITAMENTO - ANO DE 2011 –

Presente a seguinte proposta: "A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 7 de abril de 2011, deliberou delegar



na Junta de Freguesia de Selho S. Lourenço, a execução da obra de requalificação do Alto de S. João, bem como a atribuição de uma verba até ao montante de 11.670,43€. Em conformidade com o solicitado pela Junta de Freguesia de Selho S. Lourenço, em 5 de janeiro de 2012, a Câmara Municipal de Guimarães deliberou autorizar a prorrogação do prazo daquele protocolo, aprovando assim a alteração do prazo de execução do protocolo, e ainda a transição da correspondente verba para o ano de 2012, tendo sido celebrado o primeiro aditamento ao protocolo no mesmo dia. Na sequência da publicação da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procedeu à reorganização administrativa do território das freguesias, e das eleições autárquicas do passado dia 29 de setembro, a Freguesia de Selho S. Lourenço encontra-se agora agregada com a Freguesia de Gominhães, e passaram a designar-se União das Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães, entidade que agora dará cumprimento a este Protocolo de Delegação de Competências. Em 14 de novembro de 2013, a Câmara Municipal de Guimarães autorizou a alteração do objeto daquele Protocolo para a pavimentação da rua da Igreja, tendo sido celebrado o respetivo aditamento. Entretanto, não tendo sido possível iniciar aquela obra até ao final do ano de 2013, o Presidente da Junta da União de Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães solicitou autorização para executá-la durante o ano de 2014. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do terceiro aditamento àquele Protocolo de Delegação de Competências, celebrado em 7 de abril de 2011, passando a Cláusula 3.ª a ter a seguinte redação: "Para realização do objeto do presente protocolo, contido na cláusula 1ª, a Junta compromete-se a concluir as obras até ao final de 2014.". Mais se propõe a aprovação da transição da respetiva verba de

11.670,43€ para o ano de 2014.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

FREGUESIAS - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SELHO S. LOURENÇO E GOMINHÃES - PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - SEGUNDO ADITAMENTO - ANO DE 2012 –

Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães em sua reunião realizada em 26 de abril de 2012, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Selho S. Lourenço, a elaboração do projeto de requalificação do Alto de S. João, bem como a atribuição de uma verba até ao montante de 11.670,43€. Na sequência da publicação da lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procedeu à reorganização administrativa do território das freguesias, e das eleições autárquicas do passado dia 29 de setembro, a Freguesia de Selho S. Lourenço encontra-se agora agregada com a Freguesia de Gominhães, e passaram a designar-se União das Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães, entidade que agora dará cumprimento a este Protocolo de Delegação de Competências. Em 14 de novembro de 2013, a Câmara Municipal de Guimarães autorizou a alteração do objeto daquele Protocolo para a pavimentação da rua da Igreja, tendo sido celebrado o respetivo aditamento. Entretanto, não tendo sido possível iniciar aquela obra até ao final do ano de 2013, o presidente da Junta da União de Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães solicitou autorização para executá-la durante o ano de 2014. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do segundo aditamento àquele Protocolo de Delegação de Competências, celebrado em 21 de junho de 2012, passando a 3ª cláusula a ter a seguinte redação: “Para realização do objeto do presente protocolo, contido na cláusula 1ª, a Junta compromete-se a concluir as obras até ao final de 2014.”



Mais se propõe a aprovação da transição da respetiva verba de 11.670,43€ para o ano de 2014.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

FREGUESIAS - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SELHO S. LOURENÇO E GOMINHÃES - PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – SEGUNDO ADITAMENTO -ANO DE 2013 –

Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães em sua reunião realizada em 2 de maio de 2013, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Selho S. Lourenço, a execução da obra de requalificação do Alto de S. João, bem como a atribuição de uma verba até ao montante de 11.670,43€. Na sequência da publicação da lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procedeu à reorganização administrativa do território das freguesias, e das eleições autárquicas do passado dia 29 de setembro, a Freguesia de Selho S. Lourenço encontra-se agora agregada com a Freguesia de Gominhães, e passaram a designar-se União das Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães, entidade que agora dará cumprimento a este Protocolo de Delegação de Competências. Em 14 de novembro de 2013, a Câmara Municipal de Guimarães autorizou a alteração do objeto daquele Protocolo para a pavimentação da rua da Igreja, tendo sido celebrado o respetivo aditamento. Entretanto, não tendo sido possível iniciar aquela obra até ao final do ano de 2013, o Presidente da Junta da União de Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães solicitou autorização para executá-la durante o ano de 2014. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do segundo aditamento àquele Protocolo de Delegação de Competências, celebrado em 9 de outubro de 2013, passando a 3ª cláusula a ter a seguinte redação: “Para realização do objeto do presente protocolo, contido na cláusula 1ª, a Junta compromete-

se a concluir as obras até ao final de 2014.”, bem como a aprovação da transição da respetiva verba de 11.670,43€ para o ano de 2014.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

FREGUESIAS - JUNTA DE FREGUESIA DE URGEZES - PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - PRIMEIRO ADITAMENTO - ANO DE 2013 – Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 2 de maio de 2013, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Urgezes a execução da obra de construção e reparação de passeios e pisos nas Ruas António Costa Guimarães, 4 de Outubro, Mesteres Guimarães, Alfageme Santarém, Padre Alexandre Neves, Paulo IV e José Cardoso Pires, bem como a atribuição de uma verba até ao montante de 24.585,50€. Através de carta dirigida à Câmara Municipal, a Junta de Freguesia de Urgezes informou não ter sido possível concluir a obra durante o ano de 2013, solicitando assim a alteração do prazo de execução daquele protocolo. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do segundo aditamento àquele Protocolo de Delegação de Competências, celebrado em 4 de junho de 2013, passando a 3ª cláusula a ter a seguinte redação: “Para realização do objeto do presente protocolo, contido na cláusula 1ª, a Junta compromete-se a concluir as obras até ao final de 2014.”. Mais se propõe a aprovação da transição da respetiva verba de 24.585,50€ para o ano de 2014.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

FREGUESIAS - JUNTA DE FREGUESIA DE URGEZES - PROTOCOLO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO - PRIMEIRO ADITAMENTO - ANO DE 2013 – Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães em sua reunião realizada em 2 de maio de 2013, deliberou atribuir um subsídio à Junta de



Freguesia de Urgezes, destinado à comparticipação na obra de requalificação do edifício da sede da Junta de Freguesia, bem como a atribuição de uma verba até ao montante de 5.000,00€. Através de carta dirigida à Câmara Municipal, a Junta de Freguesia de Urgezes informou não ter sido possível concluir a obra durante o ano de 2013, solicitando assim a alteração do prazo de execução daquele protocolo. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do primeiro aditamento àquele Protocolo de Atribuição de Subsídio, celebrado em 4 de junho de 2013, passando a 3ª cláusula a ter a seguinte redação: "Para a realização do objeto do presente Protocolo, contido na cláusula 1ª, a Junta compromete-se a concluir as obras até 31 de dezembro de 2014." Mais se propõe a aprovação da transição da respetiva verba de 5.000,00€ para o ano de 2014." **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE ALDÃO –
PROTOCOLO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – PRIMEIRO
ADITAMENTO - ANO DE 2013** – Presente a seguinte proposta:

"A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 2 de maio de 2013, deliberou atribuir um subsídio à Junta de Freguesia de Aldão, destinado à comparticipação na obra de Requalificação do Campo de Jogos – 1ª Fase, bem como a atribuição de uma verba até ao montante de 8.430,16€. Através de carta dirigida à Câmara Municipal, a Junta de Freguesia de Aldão informou não ter sido possível iniciar a obra durante o ano de 2013, solicitando assim a alteração do prazo de execução daquele protocolo. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do primeiro aditamento àquele Protocolo de Atribuição de Subsídio, celebrado em 4 de junho de 2013, passando a 3ª cláusula a ter a seguinte redação: "Para a

realização do objeto do presente Protocolo, contido na cláusula 1ª, a Junta compromete-se a concluir as obras até 31 de dezembro de 2014.”. Mais se propõe a aprovação da transição da respetiva verba de 8.430,16€ para o ano de 2014.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

REGULAMENTOS - ALTERAÇÃO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO MERCADO DAS ANTIGUIDADES –

Presente a seguinte proposta: “O Mercado das Antiguidades realiza-se, com periodicidade mensal (no primeiro sábado de cada mês), nas arcadas existentes entre a Praça de S. Tiago e o Largo da Oliveira, nesta cidade de Guimarães. Os vendedores que estão autorizados a nele participar têm apresentado constantes solicitações para que se proceda à alteração do horário daquele Mercado, manifestando o interesse no alargamento do horário para o período da tarde, onde há maior número de pessoas/turistas a percorrer o Centro Histórico. Considerando que: a Câmara Municipal tem todo o interesse em manter vivo este tipo de mercados, pelas suas características, de forma a dar a conhecer artigos de colecionismo e pela sua história. a receptividade de quem o procura; esta alteração não prejudica a fruição pública daquele espaço, dado que só se realiza no primeiro sábado de cada mês. Coloca-se à consideração superior a alteração do horário de funcionamento daquele Mercado, mediante a aprovação, na Câmara Municipal e posteriormente em sessão da Assembleia Municipal, de uma alteração do teor do n.º 2 do art.º 5 do Regulamento do Mercado das Antiguidades e do Mercado da Segunda Mão, que passaria a ter a seguinte redação: “O Mercado realiza-se no primeiro sábado de cada mês, entre as 8 e as 16 horas.” O Regulamento do Mercado das Antiguidades e do Mercado da Segunda Mão dá-se aqui por reproduzido e fica



arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - PARECER PRÉVIO- AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMAÇÃO – Presente a seguinte informação: “**1. Objecto:**

Aquisição de serviços de implementação/execução da candidatura n.º 096477/2013/34 – “Qualificação dos profissionais da Administração Pública Local”, aprovada na tipologia 3.4 do Programa Operacional do Potencial Humano (POPH), e que tem como objectivo qualificar os profissionais da Administração Pública Local do Município de Guimarães, no domínio da “Melhoria da Eficiência e Redução de Custos”. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimentos e formação especializados e experiência na realização de ações de formação na modalidade em formação-ação, no âmbito da melhoria da eficiência e redução de custos, sendo a entidade adequada para o efeito a Fundação CEFA; Não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal, nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a implementação de ações de formação dirigidas para o desenvolvimento de competências profissionais em domínios estratégicos para a modernização da administração

local e para a qualidade do serviço público, no domínio da “Melhoria da eficiência e redução de custos”. O trabalho consiste no planeamento, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação de cursos/ações de formação-ação. b) A despesa total estima-se em 9.364,69€, valor ao qual não acresce IVA. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 12.02.02.15, correspondente ao ano de 2014. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro. e) Não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que o valor indicado resulta já da aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 33.º da LOE 2013, por remissão do art.º 73.º do mesmo diploma legal.” **DELIBERADO APROVAR**

POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PROJETO DE ESPECIALIDADES REFERENTE À 1ª FASE DA INTERVENÇÃO A REALIZAR NA ZONA DAS HORTAS – ÁREA ENVOLVENTE À RIBEIRA DE COUROS – Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Estudos e Projetos: “**1. Objeto:** Realização dos projetos de especialidades referente à primeira fase da intervenção a concretizar na zona das Hortas, área central da cidade de Guimarães. **2. Considerando:** A informação técnica prestada pela Divisão de Estudos e Projetos, em anexo, que justifica a presente proposta de pedido de parecer prévio. Que a execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem



contratar requer conhecimento e formação especializados e experiência em coordenação de projetos e conhecimento / saber em áreas como engenharia biofísica, engenharia hidráulica, engenharia civil entre outras que correspondem às matérias e projetos de especialidades que a intervenção perspectivada coloca. Que, de acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos, não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Que se trata da realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4, 5 e 11 do art.º 75.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços referente à realização dos projetos de especialidades referente à primeira fase da intervenção a concretizar na zona das Hortas, área central da cidade de Guimarães, nos seguintes termos: a) O objeto do contrato é a realização dos projetos de especialidades referentes à primeira fase da intervenção a concretizar na zona das Hortas, área central da cidade de Guimarães. Encontrando-se perspectivada a requalificação global da área urbana correntemente denominada "zona das Hortas", e implicando esta uma área de intervenção muito vasta e de características muito diversas, identificou-se como específica, prioritária e catalisadora de toda a restante intervenção, uma primeira fase de obra extensível ao longo da ribeira de Couros, visando não só contribuir para a regularização do caudal da mesma ribeira de Couros, potenciar a criação de uma realidade física de retenção de água e tratar as margens da mesma ribeira no sentido da sua utilização pública.

Através do alargamento e alteração dos declives das margens da ribeira de Couros (no troço inerente à zona das Hortas), projeta-se uma intervenção complementar e integradora de todo o processo de regularização e revitalização de uma linha de água de valor ambiental e patrimonial significativo para a cidade. b) A despesa total estima-se em €45.000,00 (*quarenta e cinco mil euros*), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 4.2.23 (requalificação do parque das Hortas e área envolvente), correspondente ao ano de 2014. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante um ajuste direto à empresa PROJEGUI – Projetos para a Construção Civil de Guimarães, Lda., nos termos da al. a), do n.º 1, do art.º 20.º do decreto-lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro – Código dos Contratos Públicos, uma vez que esta empresa tem, relativamente a esta área da cidade em concreto, uma vasta experiência, uma vez que já realizou diversos trabalhos, referentes ao sistema hidráulico da ribeira Costa/Couros, que é a zona onde se pretende intervir, possuindo, ainda, todas as competências nas áreas das valências necessárias à execução total dos serviços que se pretende contratar. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que o preço base deste procedimento já contempla a redução remuneratória prevista no art.º 33.º, aplicável por força do art.º 73.º, ambos da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro, diploma que aprovou a Lei do Orçamento de Estado para 2014.” A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR**



MAIORIA. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira, André Coelho Lima, e Ricardo Araújo. Votou contra o Vereador José Torcato Ribeiro. **O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar em situação de impedimento.** ---

Os Vereadores André Coelho Lima e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Os vereadores do PSD votaram favoravelmente este ponto da ordem trabalhos. Essencialmente, atenta a dimensão política da decisão com que agora somos confrontados. Não há qualquer controvérsia quanto àquilo que poder e oposição pretendem com o projeto de regularização da Ribeira de Couros, isto é, todos desejam fazer aprovar um projeto que possa acabar com as inundações que pontualmente têm lugar na zona baixa da Cidade de Guimarães, particularmente na Zona de Couros e Campo da Feira (Largo da República do Brasil). Ainda que porventura com visões divergentes, o objetivo da intervenção une todos os vereadores com assento no executivo municipal. No entanto, como foi público, tanto na reunião de 31.10.2013 como na reunião de 09.01.2014 o vereador do CDS, Eng.º António Monteiro de Castro interveio sempre apaixonadamente sobre este tema. Fê-lo como vereador da Coligação Juntos por Guimarães. Fê-lo como técnico, atenta a sua categoria profissional e a sua experiência sobre o tema. E fê-lo ainda como alguém que trabalha este tema com a Câmara de Guimarães já há muitos anos. Nessas intervenções, o vereador António Monteiro de Castro foi manifestando, em nome da Coligação por que foi eleito, que o projeto que o executivo socialista vinha defendendo seria insuficiente para o objetivo pretendido (posições que tiveram ampla repercussão na comunicação social como se verifica pelo

anexo que juntamos à presente declaração de voto). Foi defendendo (o que pode ser facilmente verificado pela consulta às atas das respectivas reuniões) que um projeto capaz para os efeitos pretendidos deveria assegurar entre 30.000m³ a 35.000m³ de capacidade de retenção de águas. E que como tal, o projeto de criação de uma bacia de retenção no Parque da Cidade, com capacidade para retenção de 10.000m³, seria manifestamente insuficiente. Defendendo então a necessidade de criação de uma nova bacia de retenção, na zona do Parque das Hortas, que pudesse deter a capacidade de retenção entre 20.000m³ a 25.000m³. Hoje é claro, pela indicação da empresa que fará o estudo e “projeto de especialidades”, que o que afinal será levado a cabo é a criação de uma bacia de retenção, na zona do Parque das Hortas, com a capacidade que dizíamos ser necessária. Hoje é claro que a questão será afinal resolvida da forma como, politicamente, sempre defendemos em todas as vezes que esta questão foi abordada pelos vereadores da Coligação “Juntos por Guimarães”. Pelo que se esta questão, na substância, acabará sendo resolvida da forma como vimos defendendo desde 31.10.2013, essa circunstância só pode, naturalmente, merecer a nossa aprovação.” -----

PRESTAÇÕES/AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS - PARECER PRÉVIO GENÉRICO FAVORÁVEL PARA 2014 – Presente a seguinte informação das Diretoras do Departamento de Administração Geral, em regime de substituição e do Departamento Financeiro: “A Lei do Orçamento de Estado de 2014 (LOE 2014), aprovada pela Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, concretamente no nº 4, do art.º 73º, mantém a obrigatoriedade de obtenção de parecer prévio vinculativo para a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços, por órgão e



serviço abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e posteriores alterações, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a: a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença; b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica. No n.º 11 do art.º 73º da LOE 2014 é estabelecido nas autarquias locais aquele parecer prévio *"é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do nº 5, bem como da alínea b) do mesmo número com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto -Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 - B/2010, de 28 de abril"*. Continua a não estar publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, o que implica que, para a administração local, não exista regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do referido artigo 73.º da LOE 2014, e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, com a redação conferida pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril. Apesar de tal ausência de regulamentação poder conduzir à inexigibilidade de adoptar o regime ali previsto no que diz respeito à administração local, tem sido entendimento do Município de Guimarães que a contratação abrangida por aquele diploma está sujeita a parecer prévio deste órgão, de carácter concreto ou genérico, conforme deliberação de Câmara de 21 de fevereiro de 2013; Assim, tendo em atenção a Portaria atualmente em vigor para a administração central – a Portaria nº 16/2013, de 17 de janeiro – e considerando: - Que existem situações que exigem intervenção urgente e de curta duração, e em que a sujeição individualizada a parecer prévio e a correspondente demora

poderia afetar o regular funcionamento dos serviços e ainda implicar aumento de custos associados à intervenção; - Que, embora aquela Portaria, tal como se disse, não seja aplicável à administração local, a verdade é que é necessário garantir sistemas destinados a assegurar eficiência e eficácia na gestão, em matéria de contratação pública, o que não se alcançará sem que, entre outras medidas, à semelhança do que sucede para a administração central com os pareceres genéricos acima referidos, se delibere uma autorização genérica para efeito de parecer prévio vinculativo; - Que, face à ausência da regulamentação acima referida no que respeita à administração local, podem os municípios fixar as situações passíveis de ser objeto de um parecer genérico favorável, nos mesmos moldes e dentro dos limites em que tal parecer prévio foi fixado para a administração central, através das referidas Portarias; - Que tal autorização genérica, não deixando de ter tratamento uniforme com o determinado para a administração central, deverá refletir a realidade municipal, desde logo no que respeita ao universo de contratação necessária para garantir o normal funcionamento dos serviços, bem como o cumprimento das metas consagradas em orçamento municipal; Submete-se à consideração superior que a Câmara Municipal delibere: **1** Emitir parecer prévio favorável para as aquisições de serviços contratualizadas durante janeiro e fevereiro de 2014, para efeitos do disposto na mencionada Lei do Orçamento de Estado 2014, relativamente aos contratos de prestação e aquisição de serviços constantes da lista anexa, cujos requisitos se encontram verificados, designadamente no que respeita ao disposto no art.º 35º da referida Lei nº 12-A/2008. **2** Conceder, ao abrigo das disposições legais supracitadas, parecer genérico favorável à celebração ou renovação de contratos de



prestação e aquisição de serviços para o ano de 2014, desde que o trabalho a executar respeite, cumulativamente, os seguintes requisitos: **a)** Não seja ultrapassado o montante anual de 5000€ (sem IVA), a contratar com a mesma contraparte; **b)** Cujo objeto se traduza numa das seguintes situações: 020202 - Limpeza e higiene; 020203 - Conservação de bens; 020209 - Comunicações; 020210 - Transportes; 020211 - Representação dos serviços; 020212 - Seguros; 020213 - Deslocações e estadas; 020215 - Formação; 020216 - Seminários, exposições e similares; 020217 - Publicidade; 020218 - Vigilância e segurança; 020219 - Assistência técnica; 020220 - Outros trabalhos especializados; 020225 - Outros serviços; **c)** Seja dado cumprimento ao disposto no nº 2, do art.º 3º, da Portaria nº 16/2013, de 17 de janeiro. **3.** Aprovar que, até ao final do mês seguinte ao mês a que digam respeito, seja dado conhecimento à Câmara Municipal da lista dos contratos celebrados ao abrigo deste parecer prévio genérico, com expressa referência aos respetivos valores de adjudicação e cabimento orçamental. O regime previsto na presente deliberação aplica-se a todos os contratos de prestação de serviços que, por via de celebração ou renovação, produzam efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014." A celebração ou renovação de contratos de prestação e aquisição de serviços que não se enquadrem no disposto no ponto 2 estão sujeitas a parecer prévio específico do Órgão Executivo." A referida lista dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CULTURAIS (MARÇO A MAIO DE 2014) – Presente a seguinte informação dos serviços do Departamento Financeiro: "Submete-

se para aprovação superior, o pedido de parecer prévio, o caderno de encargos anexos e a abertura do presente procedimento, nos seguintes termos: **Objeto:** Aquisição de serviços de desenvolvimento de atividades culturais (março a maio de 2014); **Preço base:** 609.750,00+ I.V.A. (23%). Nos termos do artigo 33.º, por remissão do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, este procedimento não está sujeito à aplicação de redução remuneratória. **Classificação económica:** 020225; **Plano:** 2.5.1.20; **Procedimento:** Propõe-se a adoção do ajuste direto, previsto na alínea e), n.º 1, artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos e a respetiva aprovação do Júri abaixo mencionado; **Entidade competente para adjudicar:** Município de Guimarães; **Fornecedores a consultar:** A Oficina – Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL. **Audiência prévia:** Está dispensada a audiência prévia e a elaboração dos relatórios preliminar e final, de acordo com o n.º 2, artigo 125.º do Código dos Contratos Públicos.” Os documentos acima referidos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo. **O Vereador José Bastos não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da Cooperativa.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONCURSO PÚBLICO N.º 10/13 – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – Presente a seguinte informação: “Por deliberação da Câmara Municipal de 14/11/2013 e da Assembleia Municipal de 21/11/2013, foi



aprovada a abertura do procedimento, programa de concurso e caderno de encargos do concurso público supracitado, nos termos da alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos. Em reunião de Câmara de 23 de janeiro de 2013 foi deliberado adjudicar à Cooperativa Oficina a aquisição de serviços objeto do referido concurso. Contudo, considerando que o prazo para a prestação de serviços objeto deste concurso é de 12 meses e que tal prazo se iniciará apenas a partir da data de obtenção do visto do Tribunal de Contas ao correspondente contrato de adjudicação, nos termos do disposto no art.º 45º, nº 4, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 61/2011, de 7 de dezembro, verifica-se que a sua vigência ultrapassará o corrente ano económico. Assim, e conforme determinado no artigo 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a Câmara Municipal deliberou em 6 de fevereiro último submeter a aprovação da Assembleia Municipal a autorização da assunção de compromisso plurianual, cujo valor importa em €2.439.000,00€ + IVA, de acordo com uma repartição de encargos que fica prejudicada pela aprovação do procedimento por ajuste direto de aquisição de serviços, pelo período de três meses, de março a maio de 2014, de desenvolvimento de atividades artísticas, culturais, socioculturais e de formação, de interesse público, no Município de Guimarães, nas áreas das artes plásticas e performativas, teatro, música, dança, digital, festividades tradicionais, indústrias culturais e criativas, utilizando e gerindo os imóveis e equipamentos municipais destinados à atividade cultural. Deste modo, importa retificar a repartição de encargos anteriormente aprovada, que ficaria revogada mediante a aprovação e submissão à Assembleia Municipal de uma nova repartição consentânea com o referido ajuste direto, nos seguintes

termos: -----

Período de prestação de serviços	Valor
01-06-2014 a 31-12-2014	€1.422.750,00 + IVA
01-01-2015 a 31-05-2015	€1.016.250,00 + IVA

DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo. **O Vereador José Bastos não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da Cooperativa.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO CIDADE DE GUIMARÃES – PROJETO DE DIPLOMA – PRONÚNCIA DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta: “Esta Câmara Municipal recebeu, do Gabinete do Secretário de Estado da Cultura, um ofício remetendo, em anexo, o projeto de diploma para extinção da Fundação Cidade de Guimarães, solicitando que o Município se pronuncie quanto ao seu teor, designadamente quanto aos termos da liquidação da Fundação. Tendo a Fundação Cidade Guimarães, FCG, instituída por DL nº 202/2009 de 28 de Agosto concebido, planeado, promovido, executado e desenvolvido o programa cultural do evento Capital Europeia 2012, com realização de alguns projetos culturais que envolviam edições e avaliações de impactos ocorridos já no ano de 2013, tendo o Conselho Geral da FCG deliberado no sentido de encerramento da atividade em setembro de 2013, o que veio a suceder em dezembro de 2013, tendo presente que foram alcançados os fins principais que



determinaram a instituição daquela fundação que teve como membros fundadores o então Ministério da Cultura e Câmara Municipal de Guimarães, propõe-se que a Câmara Municipal se pronuncie pela extinção e liquidação da Fundação Cidade de Guimarães nos precisos termos constantes do projeto de Decreto-lei 524/2013, cuja cópia se anexa à presente proposta. Em caso de aprovação, esta pronúncia será remetida à Assembleia Municipal que, na qualidade de órgão deliberativo do Município, deverá igualmente emitir parecer sobre aquele projeto.” O projeto de Decreto-lei 524/2013 dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “É-nos proposta a extinção da Fundação Cidade de Guimarães, nos termos propostos no Decreto-Lei cuja minuta é presente para aprovação por este executivo. Desde logo, cumpre referir que somos favoráveis à extinção desta fundação atendendo a que a mesma se encontra já esvaziada do seu objeto, sem funções públicas ou serviço à comunidade que justifique a sua subsistência. Pelo que a extinção é a consequência natural do vazio de funções na área cultural que a Fundação Cidade de Guimarães detém no momento presente. Contudo, não podemos deixar de manifestar e deixar bem vincada a nossa preocupação quanto às eventuais responsabilidades financeiras que poderão advir desta extinção. Porque o nº3 do artigo 3º do referido Decreto-Lei, sob a epígrafe “Liquidação” refere expressamente que *“O património remanescente e respetivos direitos e obrigações após liquidação reverterem para os fundadores na*

medida do respetivo contributo para o património inicial da FCG...", donde resulta que Câmara Municipal e Governo serão responsáveis na quota de 50% cada uma pelas responsabilidades que não tenham sido honradas pela FCG. E sobretudo porque foi público ainda há poucos dias que a ex-administradora Carla Morais obteve vencimento por acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães que lhe reconhece o direito ao recebimento de um montante de cerca de €393.000,00. Sabendo-se ainda que se encontra em juízo a reclamação, por parte da ex-Presidente do Conselho de Administração, Cristina Azevedo, de montante que se situa entre os €400.000,00 e os €500.000,00. Pelo que estamos a falar na possibilidade de a Câmara de Guimarães poder ter que ser responsável pelo pagamento de um montante que pode ascender a cerca de €500.000,00, o que não pode deixar de merecer a nossa preocupação, e sobretudo o nosso repúdio atendendo a que, como é público, foi por diversas vezes transmitido pelo anterior Presidente da Câmara de Guimarães que o Município de Guimarães nunca poderia ser chamada a pagar qualquer montantes pelas decisões que tomara de dispensa das administradoras referidas. Ora nesta proposta que nos é dada para deliberação, a Câmara admite precisamente o contrário daquilo que sempre foi publicamente assegurado aos Vimaraneses. Não obstante, a verdade é que a extinção é uma consequência natural da sua reduzida existência e a forma de liquidação do passivo não é sequer passível de discussão porque é aquela que decorre da lei, pelo que nenhuma alternativa nos resta que não votar favoravelmente esta pretensão. Não sem deixar de condenar que ela implique a assunção de que, afinal, a Câmara fará o contrário do que disse ao Vimaraneses que faria. Temos ainda que deixar expresso que apesar do que foi proferido pelo



vereador José Bastos no decurso da reunião – de que esta extinção e os seus termos haviam sido decididos pelo Governo sem consulta à outra entidade fundadora (neste caso, a Câmara Municipal de Guimarães) – foi claro da intervenção do Sr. Presidente de Câmara, momentos após aquela outra, que os termos do que constam no Decreto-Lei que hoje nos é dado a apreciar foram discutidos entre o Secretário de Estado da Cultura e o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, que inclusive chamou a si o mérito de ter conseguido a divisão entre Câmara e Governo das responsabilidades financeiras que poderão advir desta extinção, atendendo a que, segundo o Presidente de Câmara, o Secretário de Estado da Cultura pretendia que apenas a Câmara de Guimarães fosse responsável pelo seu pagamento. Pelo que objetivamente, não corresponde à verdade a informação veiculada pelo vereador socialista José Bastos, atento exclusivamente o que foi transmitido momentos após, pelo Presidente de Câmara.” -----

EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE BRITEIROS – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento de Escolas de Briteiros solicitou a colaboração do município na cedência de autocarro, para efetuar o transporte dos alunos da Escola EB/JI Souto Santa Maria, na deslocação a realizar no dia 26 de Fevereiro ao Auditório do IPJ de Braga, para assistir a um espetáculo infantil. Considerando que se trata de uma atividade de relevante interesse pedagógico, e não se observar inconveniente para os serviços a disponibilização de viatura, e atentando ainda a que se verificam custos associados a uma deslocação para fora do concelho, e sendo competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à Reunião de Câmara a aprovação deste pedido.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DAS TAIPAS -

CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento de Escolas das Taipas solicitou a colaboração do município na cedência de autocarro, para efetuar o transporte dos alunos na deslocação no dia 11 de fevereiro à Biblioteca Pública Municipal do Porto. Considerando que se trata de uma atividade de relevante interesse pedagógico, e não se observar inconveniente para os serviços a disponibilização de viatura, e atentando ainda a que se verificam custos associados a uma deslocação para fora do concelho, por despacho do Presidente da Câmara, datado de 6 de fevereiro de 2014, foi deferido o pedido. Sendo competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se para ratificação do executivo camarário o apoio concedido.” **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. AFONSO

HENRIQUES - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques solicitou a colaboração do município na cedência de autocarro, para efetuar o transporte dos alunos da Escola EB/JI de Mascotelos, na deslocação a realizar no dia 27 de fevereiro à Escola de Trânsito de Fafe. Considerando que se trata de uma atividade de relevante interesse pedagógico, e não se observar inconveniente para os serviços a disponibilização de viatura, e atentando ainda a que se verificam custos associados a uma deslocação para fora do concelho, e sendo competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à Reunião de Câmara a aprovação deste pedido.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**AÇÃO SOCIAL - CASFIG, EM, UNIPESSOAL, LDA – CEDÊNCIA**

DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A CASFIG – Entidade Empresarial Municipal solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para os dias 7/9/10 Abril, para efetuar o transporte das famílias residentes nos empreendimentos de habitação social pertencentes ao município de Guimarães. Assim, considerando os objectivos prosseguidos pela empresa municipal e os apoios concedidos em varias atividades e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 11 de fevereiro de 2014, foi proposto o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal, a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à Reunião de Câmara para deliberação.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida, uma vez que pertence aos órgãos sociais da empresa. -----

AÇÃO SOCIAL – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS – CEDÊNCIA DE DOIS AUTOCARROS

– Presente a seguinte proposta: “A CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Guimarães solicitou a colaboração do Município através da cedência de dois autocarros, para efetuar o transporte das crianças que se irá realizar no dia 2 de Junho, dia Mundial da Criança. Considerando que se trata da realização de uma atividade de relevante interesse e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por despacho a 31 de Janeiro de 2014, foi proposto o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal, a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à Reunião de Câmara o pedido para deliberação.” **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

CULTURA – CASA DO POVO DE FERMENTÕES – CEDÊNCIA

DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Casa do Povo de Fermentões solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte das crianças, nos dias 30 de maio e 11 de junho ao Centro Histórico e Museu Alberto Sampaio. Considerando que se trata da realização de uma visita de estudo de relevante interesse pedagógico, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 13 de fevereiro de 2014, foi proposto o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à reunião de Câmara para deliberação.” **DELIBERADO APROVAR**

POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA - PROTOCOLOS DE DESCENTRALIZAÇÃO

CULTURAL 2014 – Presente a seguinte proposta do Vereador José Bastos: “No seguimento da política definida pela Câmara Municipal de Guimarães no que concerne ao incentivo e ao apoio à formação, criação, produção e divulgação cultural nas diferentes áreas, propõe-se a atribuição de subsídios e o estabelecimento de protocolos de colaboração, no montante total de €50.950,00, de acordo com a seguinte distribuição por áreas de intervenção: Bandas Musicais - 10.000,00€; Grupo Folclóricos - €16.500,00; Grupos de Teatro Amador - 5.600,00€; Grupos Corais Associativos - 5.600,00€; Grupos de Música Popular - 4.000,00€; Academia de Música Valentim Moreira de Sá - 2.000,00€; Escolas de Música - 7.250,00€ - **Total - € 50.950,00.** Mediante a aprovação da presente proposta, serão assinados com os diversos agrupamentos protocolos de colaboração de acordo com as minutas anexas.” As referidas minutas dão-se aqui por



reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA - SUBSÍDIOS A ATRIBUIR NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ATIVIDADES DAS ENTIDADES QUE PROSSIGAM FINS CULTURAIS, ARTÍSTICOS, RECREATIVOS OU HUMANITÁRIOS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – Presente

a seguinte proposta do Vereador José Bastos: “Nos termos do Regulamento nº 606/2010, e atentos os relatórios técnicos de avaliação das candidaturas selecionadas para apoio (em anexo), propõe-se a atribuição dos seguintes subsídios e apoios não financeiros:

Candidato: Casa do Povo de Briteiros - **Projeto:** Citânia Viva 2014 - **Subsídio:** €4.000,00; **Candidato:**

Tun’Obebes - Tuna Feminina de Engenharia da Universidade do Minho - **Projeto:** VIII Serenatas ao Berço – Festival de Tunas Femininas - **Subsídio:** €1.000,00 - **Apoio não financeiro:**

cedência de uma estrutura de outdoor para divulgação do evento;

Candidato: Centro Para os Assuntos da Arte e da Arquitetura -

Projeto: Diversas iniciativas de criação, produção e difusão de expressões artísticas contemporâneas. **Subsídio:** €15.000,00. Os

subsídios deliberados serão processados após requerimento das entidades interessadas. Nos casos em que os subsídios deliberados sejam iguais ou superiores a €5.000,00 (cinco mil euros) as entidades devem ainda apresentar certidão válida de

situação regularizada perante a Segurança Social, sem a qual o pagamento não poderá ser efectuado. Em todos os casos, o apoio concedido deverá ser publicamente divulgado, designadamente pela inclusão do logótipo da Câmara Municipal de Guimarães em

cartazes e outros suportes promocionais.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA - ORQUESTRA DO NORTE – PROTOCOLO COM A ASSOCIAÇÃO NORTE CULTURAL RELATIVO AO ANO DE

2014 – Presente a seguinte proposta do Vereador José Bastos:

“Com o intuito de assegurar as condições indispensáveis à continuidade da ação de divulgação da música erudita que a Associação Norte Cultural / Orquestra do Norte vem assegurando, proponho a aprovação do protocolo anexo, prevendo o pagamento, à referida associação, do montante de €42.000,00 (quarenta e dois mil euros), tendo como contrapartida a realização, nos termos constantes do referido protocolo, de oito concertos para o público em geral, dos quais quatro em itinerância pelo Concelho, e de oito concertos pedagógicos.” A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da Associação.** -----

CULTURA - FESTAS DE INTERESSE CONCELHIO E LOCAL – APOIOS FINANCEIROS PARA O ANO DE 2014 – Presente a

seguinte proposta do Vereador José Bastos: “As festas populares são tempo e espaço de encontro, de convívio, de recriações de manifestações sociais e culturais marcantes da nossa tradição e cultura que contribuem sobremaneira para a preservação da nossa identidade e memória colectivas. A proposta em apreço prevê a inclusão da Ronda da Lapinha e da Romaria da Senhora dos Remédios, cuja relevância crescente justifica plenamente participações financeiras municipais, bem como o reforço do montante atribuído à Festa das Cruzes, em Serzedelo. Assim, pela sua inestimável relevância cultural e turística proponho a



atribuição dos seguintes subsídios, totalizando €102.600,00: -----

FESTAS DE INTERESSE CONCELHIO: -----

ENTIDADE	CONTRIBUINTE	VALOR
Marcha Gualteriana (Associação Recreativa da Marcha Gualteriana)	501 633 910	€ 75.000,00
Festas das Taipas - S. Pedro (Comissão Organizadora) (Freguesia da Vila de Caldelas)	507 186 265	€ 6.800,00
Festas de Pevidém (S.Jorge) (Ass. de Festas de S. Jorge - Pevidém)	506 304 620	€ 3.000,00
Festas Nicolinas (Comissão de Festas Nicolinas) Associação dos Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães	502 660180	€ 2.500,00
Festas das Cruzes (Comissão Organizadora) (Freguesia de Serzedelo)	506 863 115	€ 2.000,00
Festas de S. João (Covas) (ARCOV - Ass. Rec. Cultural e Desportiva)	500 869 510	€ 1.800,00
Danças de S. Nicolau Associação dos Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães	502 660180	€ 1.500,00
Festas de S. Tiago (Comissão Organizadora) (Junta de Freguesia de Ronfe)	506 970 892	€ 1.000,00
Romaria Grande - S. Torcato (Irmandade S. Torcato)	501 421 645	€ 800,00
Ronda da Lapinha (Irmandade de N. Sra. da Lapinha)	501 600 809	€ 800,00
Romaria da Senhora dos Remédios (Comissão Org.) (Freguesia de S. Cláudio de Barco)	507 861 027	€ 800,00
Linhã da Corredoura (St. Torcato) (Grupo Folclórico da Corredoura)	500 801 703	€ 600,00
Festas de S. Cristóvão (Comissão Organizadora) (Associação dos Motoristas de S. Cristóvão da Penha)	507 733 797	€ 600,00
Festas do Dia do Caixeiro (Comissão Organizadora) (Comissão do Dia do Caixeiro)	501 398 368	€ 600,00
Festas de Stº António (Comissão Organizadora) (Grupo Cultural e Recreativo da Cruz de Pedra)	502 024 666	€ 600,00
Festa do Agricultor (Casa do Povo de Fermentões)	500 939 470	€ 600,00
Festas de S. João de Calvos (Comissão de Festas) (Freguesia de Lordelo)	507 844 602	€ 600,00
Festa de Carnaval Pevidém (Grupo de Teatro do C.C.D. da Coelima) Centro Cultural e Desportivo Coelima	501 429 557	€ 600,00

ENTIDADE	CONTRIBUINTE	VALOR
Festas de Nª Srª da Ajuda (Comissão Organizadora) Comissão de Festas de Nossa Senhora D´Ajuda (Moreira de Cónegos)	901 856 037	€ 600,00
Festas de S. Sebastião - (Comissão Organizadora) (União de freguesias de Serzedo-Calvos)	506 963 756	€ 600,00
Festas de S. Tiago (Comissão Organizadora) (Freguesia de Lordelo)	507 844 602	€ 600,00
Festas de Nossa Senhora da Luz (Comissão Organizadora) (Irmandade de Nossa Senhora da Luz - Creixomil)	592 001 393	€ 600,00
TOTAL		€ 102.600,00

Os subsídios deliberados serão processados após requerimento das entidades interessadas. Os pagamentos só serão efectuados após prova documental, por parte das entidades beneficiadas, da respectiva constituição pública (escritura notarial, estatutos e publicações obrigatórias). No caso de comissões de festas e organizadoras constituídas ad-hoc, não dispondo, portanto, de constituição pública, o subsídio deve ser requerido pela Junta de Freguesia onde se realiza o evento, com menção expressa do mesmo. Nos casos em que os subsídios deliberados sejam iguais ou superiores a €5,000,00 (cinco mil euros) as entidades devem ainda apresentar certidão de situação regularizada perante a Segurança Social, sem a qual o pagamento não poderá ser efectuado. Em todos os casos, o apoio concedido deverá ser publicamente divulgado, designadamente pela inclusão do logótipo da Câmara Municipal de Guimarães em cartazes e outros suportes promocionais.” **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

DIVERSOS - PROCESSO DE VISTORIAS ADMINISTRATIVAS Nº 63/13 - RECURSO HIERÁRQUICO INTERPOSTO POR

JOSEFA RODRIGUES – Presente a seguinte informação: “Josefa Rodrigues vem interpor recurso hierárquico, para o Plenário da Câmara Municipal, do despacho de 25/9/2013, do então Vereador



Dr. César Machado, proferido no âmbito do processo de vistorias nº 63/13, alegando, em síntese, que o despacho em causa é nulo por ter conhecido e decidido sobre obras que não constituíam objecto de conhecimento, que o despacho é ilegal porque as obras determinadas não são obras necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético do prédio e também porque, assim sendo, não visam prosseguir qualquer interesse público mas apenas os interesses particulares do requerente Manuel Cardoso Marques, sobre quem impende a obrigação contratual, decorrente do respectivo contrato de arrendamento, de as executar. Foi o inquilino/interessado Manuel Cardoso Marques notificado da interposição do recurso para, querendo, alegar por escrito o que tiver por conveniente, nos termos do disposto no 171º do Código de Procedimento Administrativo. O aludido despacho, de 25/9/2013, foi proferido pelo então Vereador Dr. César Machado, pelo que compete à signatária pronunciar-se sobre o recurso, nos termos do disposto no artigo 172º do mesmo diploma, na qualidade de Vereadora com poderes delegados pelo Sr. Presidente da Câmara na área em causa através do despacho de 02/01/2014. Ora, na nossa opinião a recorrente não tem razão. Vejamos: A requerimento do inquilino do prédio situado no nº 148, da Rua da Vitória, na freguesia de Aldão, deste concelho, foi determinado efetuar uma vistoria administrativa para avaliar se o prédio carecia de obras de conservação necessárias a corrigir más condições de segurança, salubridade ou à melhoria do arranjo estético. A proprietária, ora recorrente foi notificada da realização da vistoria e da possibilidade de indicar perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos. Foi realizada a vistoria, elaborado o auto e a proprietária foi dele notificada para se

pronunciar por escrito, o que fez. Em 25/9/2013 foi, como se disse já, proferido despacho pelo então Vereador Dr. César Machado a impor à proprietária, no prazo de 30 dias, a realização das obras de conservação no identificado prédio melhor identificadas naquele despacho, que aqui se considera reproduzido para todos os efeitos legais. Tal despacho foi proferido ao abrigo do disposto nos artigos 89º e seguintes do RJUE (Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-lei nº 26/2010, de 30/3). É sobre este despacho que é interposto o recurso em análise. Refere então a recorrente que não põe em causa o interesse público subjacente à faculdade de impor obras ao abrigo do referido artigo 89º; no entanto, as obras concretamente determinadas não constituem obras de conservação destinadas a corrigir más condições de segurança, salubridade ou à melhoria do arranjo estético. Assim sendo, a questão central deste recurso é saber se as obras concretamente determinadas à recorrente, na qualidade de proprietária do prédio aqui em causa, constituem ou não obras que respeitam aquele condicionalismo legal. Entendemos que sim. Na verdade, dispõe o artigo 89º do RJUE, o seguinte: 1 - *"As edificações devem ser objecto de obras de conservação pelo menos uma vez em cada período de oito anos, devendo o proprietário, independentemente desse prazo, realizar todas as obras necessárias à manutenção da sua segurança, salubridade e arranjo estético. 2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a câmara municipal pode a todo o tempo, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético. São, por isso, condições para que se*



possa determinar a realização de obras que aquelas que a edificação careça constituam obras de conservação e que, além disso, tais obras sejam necessárias à correção de más condições de segurança, salubridade ou à melhoria de arranjo estético. Ora, para se saber se estamos perante obras de conservação temos que nos socorrer da definição constante da alínea f), do artigo 2º do mesmo diploma que refere que *"são obras de conservação as obras destinadas a manter uma edificação nas condições existentes à data da sua construção, reconstrução, ampliação ou alteração, designadamente as obras de restauro, reparação ou limpeza."* Assim, parece não haver dúvidas que as obras determinadas pelo despacho recorrido, a saber: *"revisão à cobertura, substituindo telhas quebradas, deslocadas ou com desgaste que impeçam a sua capacidade de impermeabilização,"* bem como *"obras de manutenção das janelas, substituindo, se necessário, peças de madeira degradadas, raspagem das peças de madeira e posterior pintura"*, constituem obras de conservação pois trata-se de obras de restauro e reparação destinadas a manter a edificação nas condições existentes à data da sua construção. Por outro lado, uma simples leitura às restantes alíneas do identificado artigo 2º permite também concluir que as obras determinadas não cabem nos restantes tipos ali previstos, pelo que, também por exclusão de partes, se chega à conclusão que tais obras são, na verdade, de conservação. Quanto ao segundo requisito – serem tais obras necessárias à correção de más de condições de segurança, salubridade ou à melhoria do arranjo estético – também ele se encontra verificado. Na verdade, refere-se no ponto 3 do auto de vistoria que *"as condições de habitabilidade e segurança do prédio estão minimamente asseguradas. No entanto, observam-se pequenas infiltrações de*

água pela cobertura e mau estado de conservação das janelas". Ora, a existência de infiltração de água pela cobertura e o mau estado de conservação das janelas implica que esteja em causa a salubridade do edifício. Na verdade, "salubridade" significa condições favoráveis à saúde; higiene – de acordo com o dicionário da Língua Portuguesa, 7º Edição, Porto Editora. Assim, não há quaisquer dúvidas que a infiltração de água no edifício e o mau estado das janelas é susceptível de por em causa a salubridade e, a médio prazo, também a segurança. Assim, contrariamente ao que a recorrente parece fazer crer, não há dois tipos de obras, a saber: obras de conservação definidas na alínea f), do artigo 2º do RJUE e obras de conservação destinadas a corrigir más condições de segurança, salubridade ou melhoria do arranjo estético, definidas no artigo 89º do mesmo diploma. Há, isso sim, obras de conservação (cuja definição consta da referida alínea f), do artigo 2º), as quais podem ter como finalidade corrigir más condições de segurança, salubridade ou melhorar o arranjo estético e obras de conservação que podem não ter aquele propósito. Face ao exposto, também não existem dúvidas que a imposição de tais obras ao abrigo do citado artigo 89º visa prosseguir interesse público, aliás a própria recorrente o reconhece expressamente (cfr último parágrafo de fls. 6 do recurso). De acordo com o disposto no nº 4, do artigo 89º do RJUE o destinatário da determinação de executar obras de conservação nas condições referidas no nº 2 do mesmo artigo é o proprietário. Assim, não releva, para este processo administrativo, o que proprietário e inquilino tenham acordado, pois perante a edilidade o responsável por executar as obras é o proprietário. A questão é de interesse público e por isso o legislador atribuiu aos municípios a competência para impor estas obras aos



proprietários. Sem prejuízo disto, o que proprietário e inquilino acordaram na cláusula 3º do contrato de arrendamento é que *"todas as obras de que o prédio arrendado carecer para sua conservação e limpeza serão feitas à custa do arrendatário."* (cfr. cópia do contrato de arrendamento a fls. 14 do processo. Significa isto, apenas, que o arrendatário poderá ser responsável pelo custo, matéria respeitante à relação particular entre senhorio e inquilino que não pode ser oposta ao município. Em conclusão: 1º - Nos termos do disposto nos artigos 89º e seguintes do RJUE a Câmara Municipal pode determinar a realização de obras de conservação destinadas a corrigir más condições de segurança, salubridade ou à melhoria do arranjo estético; 2 - De acordo com a alínea f), do artigo 2º, do RJUE, são obras *"são obras de conservação as obras destinadas a manter uma edificação nas condições existentes à data da sua construção, reconstrução, ampliação ou alteração, designadamente as obras de restauro, reparação ou limpeza."* 3 - As obras determinadas pelo despacho recorrido - *"revisão à cobertura, substituindo telhas quebradas, deslocadas ou com desgaste que impeçam a sua capacidade de impermeabilização,"* bem como *"obras de manutenção das janelas, substituindo, se necessário, peças de madeira degradadas, raspagem das peças de madeira e posterior pintura"*, constituem obras de conservação; 4 - Tais obras destinam-se claramente a corrigir más condições de salubridade e de segurança. 5 - E a determinação dessas obras destina-se a prosseguir interesse público óbvio, conforme aliás a recorrente reconhece. 6 - De acordo com o disposto no nº 4, do artigo 89º do RJUE, o destinatário da determinação de executar obras de conservação nas condições referidas no nº 2 do mesmo artigo é o proprietário. 7 - Assim, não releva, para este processo

administrativo, o que proprietário e inquilino tenham acordado, pois perante a edilidade o responsável por executar as obras é o proprietário. 8 – Acresce que, sem prejuízo do referido no ponto anterior, o que proprietário e inquilino acordaram no contrato de arrendamento foi que “todas as obras de que o prédio arrendado carecer para sua conservação e limpeza serão feitas à custa do arrendatário.” 9 - Significa isto, apenas, que o arrendatário poderá ser responsável pelo custo e não pela sua realização. Assim sendo, somos da opinião que não assiste razão à recorrente, pelo que o presente recurso hierárquico deve, na nossa opinião, ser indeferido.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar em situação de impedimento.**-----

DIVERSOS - UNIVERSIDADE DO MINHO – DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA MECÂNICA – MARATONA SHELL – Presente a seguinte proposta: “Desde 2008 que a Câmara Municipal tem aprovado propostas de apoio ao Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade do Minho para a produção de um carro de baixo consumo e para a sua participação nas provas da Maratona Shell em vários países da Europa. Para o corrente ano de 2014, o projeto continuará com a introdução de novas alterações no motor, além de novas peças e componentes, e será apresentado numa prova a realizar em Roterdão na Holanda. Para o seu desenvolvimento, o referido Departamento está a angariar patrocínios e solicitou à Câmara a sua adesão. Considerando o investimento em Inovação e Desenvolvimento que o projeto representa, a divulgação de Guimarães que a equipa apresentará nas provas em que vai participar, e a colaboração que sempre tem sido mantida com a Universidade neste tipo de projetos,



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ATA Nº 4 Fls. _____
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014

proponho a atribuição de um subsídio de €3 000 (três mil euros),
ao abrigo do disposto na alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei
75/2013 de 12 de Setembro.” **DELIBERADO APROVAR POR
UNANIMIDADE.** -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE
APROVAR A ATA EM MINUTA.** -----

**PELAS ONZE HORAS E VINTE E CINCO MINUTOS O
PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A
REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A
PRESENTE ATA.** -----